



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA: REFLEXÕES SOBRE A CARREIRA PROFISSIONAL DE MULHERES-MÃES NO CESP/UEA/PARINTINS/AM

Rosemere Barbosa Guimarães

Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail:
r_bguimaraes@hotmail.com.

Diego Omar da Silveira

Professor Assistente do Curso de História Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do
Estado do Amazonas (UEA). E-mail: diegomarhistoria@yahoo.com.br.

RESUMO

Este trabalho analisa brevemente a trajetória histórica das mulheres nos últimos 30 anos, com ênfase no seu acesso e permanência no Ensino Superior e busca discutir a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas educacionais e nos debates acadêmicos. Tem como objetivo refletir o processo de formação profissional de mulheres-mães na educação superior, tendo como base a categoria de gênero. A pesquisa assumiu o método dialético com abordagem qualitativa utilizando-se técnicas de grupo focal e observação direta. Os dados revelam que em meio à trama cotidiana a feminilidade configura o peso da subjetividade autêntica das mulheres-mães e acadêmicas na sua determinação, organização e direção dos percursos de seus sonhos, desejos e perspectivas constituindo condições para a construção e reconstrução de suas identidades de gênero e sexual, sobretudo o seu empoderamento. Constatou-se ainda que a divisão sexual do trabalho imprime as desigualdades de gênero em que as mulheres assumem uma tripla jornada diária. Concluiu-se que os sujeitos desta pesquisa ao mesmo tempo em que se percebem como mulheres exploradas pelo sistema patriarcal e sexista, também se impõem como mulheres-sujeitos capazes de criar estratégias para enfrentar os obstáculos, conquistar direitos e construir uma nova história.

Palavras-chave: Educação Superior; Gênero; Carreira Profissional.

Abstract:



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

This paper briefly reviews the historical trajectory of women in the last 30 years, with emphasis on their access and permanence in higher education and discusses the incorporation of a gender perspective in educational public policy and academic debates. It aims to reflect the training process of women-mothers in higher education, based on the category of gender. The research took the dialectical method with qualitative approach using focus group techniques and direct observation. The data reveals that amid the everyday fabric femininity sets the weight of authentic subjectivity of women-mothers and academic in its determination, organization and direction of the paths of your dreams, desires and perspectives constituting conditions for the construction and reconstruction of their identity gender and sexual, especially their empowerment. It was further observed that the sexual division of labor prints gender inequalities that women take a triple workday. It was concluded that the subjects in this study at the same time that they see themselves as exploited women by patriarchal and sexist system also impose themselves as women -subjects able to develop strategies to face the obstacles , conquer rights and build a new story

Keywords: Higher Education; Gender; Professional Career.

1. INTRODUÇÃO

Desde os tempos coloniais a sociedade escravista e patriarcal, confidenciada e sustentada pela Igreja Católica, atribuía papéis definidos, diferentes e hierarquizados para homens e mulheres. Diante disto, as mulheres – no seu processo de constituição de gênero – tiveram a sua representação e os seus espaços de atuação subjugados ao masculino, sendo tratadas como seres frágeis, dependentes e subalternos ao masculino, estabelecendo-se uma relação de poder de dominação do homem sobre a mulher.

Ao trabalharmos com a hipótese de que o poder perpassa todas as esferas da sociedade, em tempo e espaço diversos, é possível afirmar que essa desigualdade de raiz fundamenta e contribui para o desdobramento da aceitação/naturalização de diversos outros tipos de injustiça, tanto do ponto de vista daqueles que mandam e dominam, quanto daqueles



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

que são oprimidos e obrigados a obedecer. Em formações sociais formatadas dessa maneira, à mulher coube a vida privada, o ambiente familiar e o espaço do lar, onde desenvolve inúmeras e extensas tarefas; em oposição, ao homem foi designado o espaço público e o mundo do trabalho, de onde provém o sustento da família que coube a ele governar.

A partir do século XIX, com a chamada Revolução Industrial, as relações entre os gêneros sofrem grandes transformações, fruto de novas conjunturas econômicas, políticas e sociais, e de forma gradual (mas contínua) a mulher deixa de ser apenas dona-de-casa, mãe e esposa, passando a ocupar lugar no mercado de trabalho – um espaço ainda dominado majoritariamente por homens. No entanto, os desníveis entre homens e mulheres permanecem, sobretudo quando se consideram os recortes de classe e sexo. Como constatam os estudos pioneiros de Michele Perrot (1988), enquanto as primeiras mulheres burguesas se empenhavam na luta pelo sufrágio universal e pelo direito à educação, trabalhadoras eram exploradas como mão de obra barata no empreendimento fabril capitalista. No conjunto, quer entre os mais pobres ou entre as elites, grupos organizados de mulheres começaram a surgir exigindo direitos civis e políticos e fazendo uma oposição aberta a essas condições que lhes são impostas. Aos poucos esses movimentos abriram também canais nos quais era possível as mulheres demonstrarem a partir de sua militância seu descontentamento diante das desigualdades e construir (de forma pensada e dialogada) mobilizações que vão mudar o rumo de suas vidas, afirmando novos modelos de comportamento feminino. Eis aí a gênese do feminismo, “cujo objetivo é a igualdade dos sexos e cuja prática é a de um movimento coletivo, social e político”, como constata Gonçalves (2006, p. 28).

A partir dos Estados Unidos e da Europa alguns modelos de militância feminina se espalham pelo Ocidente. Entre os grupos operários está a contestação dos valores burgueses de família e sexualidade e nas classes médias a afirmação das mulheres na vida pública, solicitando o direito ao voto, a educação liberal e a possibilidade de ascender aos postos de mais destaque no mercado de trabalho. A partir da década de 1960 a afirmação da liberdade sexual e o protagonismo feminino invadem a cena política em diversos países e nesse contexto as mulheres ganham as ruas expressando sua oposição à naturalização dos papéis restritos lhes outorgados, a rejeição aos símbolos estéticos de domesticação do corpo e afirmação da sexualidade como espaço de construção e conquista do prazer. “O privado é político” e



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

“nossos corpos nos pertencem” são lemas ainda atuais, que simbolizaram esse salto significativo das mulheres frente à sua condição invisível na historiografia e em oposição a um tipo de história miserabilista – na qual se sucedem “mulheres espancadas, enganadas, humilhadas, violentadas” (Soihet, 1997, p. 278). Emerge agora a figura da mulher rebelde, considerada pelos grupos conservadores como portadora de um comportamento desviante, logo, um problema. Trata-se de um discurso político assumido por mulheres na luta por um projeto de vida próprio, tencionando os silêncios e acordos tácitos, a violência simbólica e as esferas de poder que permitem que as desigualdades entre os sexos se produzam a partir e em relação com outras desigualdades.

Diante disto, reconhecem-se como sujeitos político em que as lutas feministas e os feminismos ressignificam o papel da mulher na contemporaneidade evidenciado nas narrativas de mulheres-mães universitárias de diferentes idades e de diversos cursos do CESP/UEA, lócus desta pesquisa, unidas pela experiência da maternidade. Constatamos que para o alcance de seus sonhos e objetivos essas mulheres-mães e acadêmicas enfrentam grandes desafios para conciliar família, trabalho e estudos dada à tripla jornada de trabalho enfrentada diariamente, sobretudo pela atuação insuficiente do Estado na implementação de políticas públicas eficazes (nesse caso de creches para os filhos e filhas) o que facilitaria a luta cotidiana dessas mulheres-mães que muitas vezes têm que conduzir as crianças para as salas de aula ou não participar das atividades por não ter com quem deixá-las. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que tem como fundamento teórico uma leitura interdisciplinar característica dos estudos de gênero interligada a uma abordagem sócio-histórica.

2. CARREIRA PROFISSIONAL DE MULHERES-MÃES: ENTRE A CASA, A RUA E A ACADEMIA

Por séculos a diferença entre as mulheres e os homens foi justificada pelo aspecto biológico, que não apenas distinguia os sexos do ponto de vista de seu aparato corporal, mas justificava um processo de inferiorização das mulheres em relação ao homem, construindo uma visão da fragilidade, docilidade e até mesmo sensualidade dos corpos femininos. Consideradas desprovidas de inteligência para tratar de assuntos públicos – política, ciência e



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

economia – as mulheres trilharam longo caminho para sair do lar e demonstrar seu potencial humano e profissional.

Com essa quebra do silêncio, vieram à tona as disparidades entre a feminilidade da mulher das classes mais abastadas e as extensas tarefas diárias acometidas às mulheres operárias que a partir da Revolução Industrial enfrentam jornadas de trabalho exaustivas nas fábricas e minas. Tanto na esfera privada quanto na vida pública, as representações e simbologias do feminino começam a se alterar, fazendo ruir os papéis sociais fixos e diferenciados antes reservados a homens e mulheres. A questão das desigualdades biológicas são ao mesmo tempo ressaltadas pelo discurso médico e científico do século XX e combatidas pela descoberta dos aspectos culturais e discursivos que fundamentam a divisão dos sexos. Afirmando que as mulheres podem desempenhar os mesmos ofícios que os homens, fundam-se espaços de luta para que as mulheres exerçam também os mesmos direitos civis, políticos e sociais.

Os feminismos têm se manifestado contra a realidade cotidiana da dominação masculina denunciando as suas infinitas expressões que nas palavras de Simone de Beauvoir (1976, p.15) desde sempre, as mulheres têm vivido num mundo onde os homens não fizeram mais do que defini-las essencialmente como objetos, como as “Outras”, como um grupo social à parte. Nessa passagem da autora, a mulher é considerada como o “segundo sexo” posição que ao longo dos tempos também a limita ao acesso à educação. Na Amazônia, impossibilitadas de oportunidades para o desenvolvimento de seu capital humano as mulheres foram submetidas à educação do lar em que o casamento e a maternidade é visto e tido como inato (cf. Souza, 2005, p. 212-213). A educação no século XIX expressa claramente os efeitos desse sistema educacional onde o acesso aos ensinamentos, era diferenciado para homens e mulheres, sobretudo às mais pobres, negras e indígenas. Esse cenário configura o modelo e o processo de instrução desenvolvido no Brasil que alinhados aos ideais dos colonizadores reforçam as desigualdades entre pobres e ricos, mulheres e homens desde os tempos remotos. Porém, esse quadro muda quando o movimento de mulheres se organizam e saem às ruas para a conquista do seu espaço que não ocorre de forma pacífica com o Estado. Essa investida possibilitou/a desenvolverem suas inúmeras habilidades e competências na construção de sua própria história seja na saúde, educação, mercado de trabalho e outros.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Em relação ao acesso, permanência e conclusão de cursos na educação superior as mulheres têm se destacado o mais expressivo o que significa a ultrapassagem de tempos anteriores dada à supremacia do masculino sobre o feminino, com isso no mercado de trabalho com mais qualificação. Bruschini; Lombardi & Unbehaum (2006, p. 64) corroboram que “a média de mulheres na universidade se alinha à tendência de maior escolarização e possibilidades de acesso à novas oportunidades de emprego e renda com carteira assinada, embora ainda com salário inferior ao dos homens”. Esses dados se alteram a cada ano podendo ser notado em pesquisas mais recentes.

Outros dados revelam que hoje tem crescido consideravelmente o ingresso de homens e mulheres na educação superior, mas as mulheres representam 55% e os homens 45%. Com relação à taxa de concluintes dos cursos superiores os dados revelam que 62,2% são mulheres e os homens 37,8%. Ou seja, a participação das mulheres tende ser maior em relação aos homens, mas, esta não tem a mesma representação na ocupação em espaços públicos de poder, no mercado de trabalho, nos cargos de chefia (cf. Inep/Mec 2007). Dados do Censo Demográfico 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que a frequência nas faculdades já é majoritariamente feminina, o que acaba se refletindo no mercado de trabalho. Entre o total de pessoas com 25 anos ou mais, 12,5% das mulheres e 9,9% homens tinham pelo menos o nível superior completo naquele ano. No mesmo grupo etário, entre as pessoas ocupadas, a diferença é ainda maior: 19,2% das mulheres tinham nível superior completo, enquanto na participação masculina o índice era 11,5%, o que às mulheres não lhes trouxe como consequência natural o bem-estar, mas seja como for muito se caminhou e continua caminhando (cf. Sina 2005, p.100).

No entanto, percebemos que o maior número de mulheres na educação superior por si só é insuficiente para dizer sobre mudanças efetivas nas relações de gênero em que se expressam também nos conflitos e nas contradições nos espaços universitários, o que supõe-se que [...] o patriarcalismo dá sinais no mundo inteiro de que ainda está vivo e passando bem [...] (Saffioti apud Castell 2004, p.58). Diante disto, reconhecemos que a ideia de inferioridade da mulher foi e continua sendo uma construção social histórica em que a hierarquia de gênero, nos diversos contextos, é em favor do masculino o que nos conduz a críticas e reflexões que se desdobram nas análises dos dados.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa assumiu o método dialético com abordagem qualitativa e tem como área de abrangência 06 mulheres-mães acadêmicas dos cursos de graduação oferecidos pelo Centro de Estudos Superiores de Parintins-CESP-UEA. Para a coleta de dados utilizou-se a técnica de pesquisa em grupo focal porque nos [...] permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes. [...] (Gatti, 2005, p.11) e observação direta. Desse modo propõe-se ligar as suas vivências cotidianas ou mesmo suas deficiências, aflições, representações, linguagens, hábitos e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão sempre com traços em comum entre as participantes.

As participantes dos grupos focais 1 e 2 serão denominadas no decorrer das discussões com nomes fictícios para manter em sigilo suas identidades. Do total de participantes 05 mulheres convivem com cônjuge e 01 não. A faixa etária desses sujeitos está entre 36 a 54 anos de idade, têm de 01 a 04 filhos. O tempo em que se encontram nos cursos por elas escolhidos 04 estão no 8º período, 01 no 5º período e 01 no 6º período o que nos faz compreender a luta para a permanência nos cursos e o poder de decisão para concluir o ensino superior.

Nesse sentido, primeiramente buscamos conhecer as representações e os sentidos da Universidade para os grupos focais na tentativa de compreender suas escolhas. Os dados revelam ser um caminho de possibilidades para ingressar ao mercado de trabalho, garantir-se profissionalmente e auto realizar-se. As mulheres têm entre os sonhos que alimenta em primeiro lugar, com 52%, o de crescer profissionalmente, seguido de ver os filhos bem encaminhados na vida (49%), ter dinheiro para comprar tudo que desejam e (47%) e ser financeiramente (39%) independente (Sina, 2005, p. 125). No entanto, a realização de sonhos e necessidades básicas de muitas mulheres é permeado pelas desigualdades entre os gêneros em que a conciliação dos diferentes papéis assumidos por elas, sobretudo quando é mãe e provedora da família tem sido um grande desafio porque além das tarefas diárias, o cuidado também inclui educar/orientar, acompanhar o desenvolvimento escolar (ver cadernos, lição de



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

casa, participar de reuniões, conversar com professores), dar atenção, conversar, enfim, passar algum tempo com os filhos (o que poderia ser interpretado também como uma prestação de atenção psicológica) (Bruschini e Ricoldi, 2009, p. 99) é de sua responsabilidade. E o Estado mínimo na sua imprecisão não tem atendido as demandas e necessidades de mulheres-mães, nesse caso com implementação de creches para que possam alocar seus filhos(as), implicando definitivamente mudanças nas estruturas familiares, sobretudo forçando a mulher ao máximo a avançar para atender às exigências do mercado em condições precárias corroborado pela depoente do grupo 2: “o mercado de trabalho é competitivo e requer conhecimento e experiência e eu estou aqui para garantir meu futuro e dos meus filhos... tendo muitas vezes que deixá-lo à mercê... o estudo é muito importante na nossa vida... se você não tiver estudo não terá chance de vida melhor” (Rubi, 40 anos).

Desta forma, o mercado insinua que é ao trabalhador(a) que cabe a responsabilidade de qualificar-se para que adquira ou mereça empregabilidade e sobretudo, esteja apto(a) a utilizar eficazmente as tecnologias da informação e comunicação para a produção da riqueza. E nesse aspecto, o perfil traçado nos últimos tempos indica na mulher uma tendência para lidar com imprevistos dada a sua capacidade em encontrar soluções criativas para o que não está programado. O mercado de trabalho quer líderes capazes de viver em meio às incertezas sem comprometer seu desempenho (cf. Sina, 2005, p.154). Daí, vem se exigindo trabalhadores(as) cada vez mais capacitados e especializados e as mulheres têm buscado se aperfeiçoar com formação na educação superior e com isso conseguido entrar para as estatísticas como as mais qualificadas. No entanto, essa busca por qualificação perpassa todas as intempéries em que colocam as mulheres à uma tripla jornada diária ocasionando muitas vezes a perda da autoestima por não terem tempo para o lazer, nem tão pouco para cuidar de si mesma, doenças e até mortes. Enfrentam também, baixos salários em relação aos homens o que nos leva a refletir a permanência desigual das relações de gênero a favor do capitalismo notadamente no espaço universitário.

Adentrar no espaço público para as mulheres não é um processo linear e os filhos têm sido uma grande preocupação das mães nesse processo. Desta forma, concluímos que os filhos(as) são uma parte importante para essas mulheres e a sua rotina é particularmente organizada em razão deles, principalmente quando são crianças ou seja, quem continua em



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

condições desigual tanto no âmbito privado como no público é a mulher (cf. Bruschini e Ricoldi, 2009, p. 99). Às mulheres é atribuído o trabalho não remunerado (privado) invisibilizado pelo sistema capitalista e portanto, a conquista do trabalho remunerado (público) determina a exploração da sua força de trabalho e maior peso aos seus afazeres. Essa intensa transformação cultural que impulsionou a busca de um projeto de vida profissional; a expansão do ensino superior (público e, sobretudo, privado); e as transformações nas profissões liberais (via processos de racionalização, especialização, assalariamento e perda de status e prestígio) (cf. Bruschini, 2007) tem conduzido a mulher tanto à busca de qualificação profissional para corresponder às exigências do grande capital como também para atender o suplemento de suas necessidades básicas. Nesse processo, podemos observar a divisão sexual do trabalho como uma das formas centrais de exploração do capital sobre o trabalho em que segmenta o trabalho de homens e mulheres, hierarquiza e subalterniza os considerados naturalmente femininos em relação aos considerados naturalmente masculinos (cf. Cisne, 2012, p.109). A naturalização dos papéis de homens e de mulheres definem as relações de poder constatado nos relatos dos grupos focais em que o homem ao estar no âmbito familiar exige toda atenção e cuidado para repor sua força de trabalho enquanto que a mulher retarda de forma articulada seus anseios expressando a permanência da obediência e subalternização ao homem típico da sociedade patriarcal e sexista.

Quanto à carreira profissional os grupos se assumem como os principais responsáveis pelo seu sucesso em que sinalizam que a vida dentro de casa acaba refletindo na busca pela educação superior como possibilidade de ingressar ao mercado de trabalho com qualificação. É como se escolarização e família representassem sua motivação para enfrentar os obstáculos e alcançar melhores condições de vida. Nesse sentido, a conciliação dos diferentes papéis assumido por mulheres-mães não ofusca seus sonhos e objetivos, ao contrário, faz reconhecerem-se com seu potencial humano e intelectual conforme as palavras da participante do grupo 1: “as dificuldades vêm para nos fazer crescer, amadurecer... e que diante delas não devemos nos acomodar, mas enfrentá-las de cabeça erguida olhando pra frente...acreditando no seu potencial” (**Marina, 35 anos**). Essa mentalidade tem uma construção histórica que denuncia a passividade atribuída às mulheres em que lançam um olhar para si como protagonista da sua história. De fato, o acesso à educação é uma conquista histórica e a



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

permanência uma luta diária para as mulheres, sobretudo as pobres, negras e índias. O modo de produção capitalista, além de produzir desigualdades apropria-se do sexismo, que atrelado ao Estado que é masculino, impõe obstáculos às mulheres dada às políticas públicas educacionais inconclusas e à permanência da divisão sexual do trabalho evidenciado no percurso de mulheres do CESP/UEA.

Os dados estatísticos corroboram avanços significativos no que diz respeito ao acesso de mulheres à educação no entanto a continuidade das desigualdades de gênero nas universidades e no mercado de trabalho ainda é um caminho a ser desconstruído para ser reconstruído e ressignificado. A proporção de mulheres brasileiras com títulos acadêmicos de nível superior é maior que a de homens – a parcela da população feminina adulta com diploma é de 12%, ante 10% da masculina – mas esse dado sofre uma inversão no mercado de trabalho. Quando se analisam as pessoas que atuam em funções de nível superior, 91% dos homens estão empregados, contra 81% das mulheres. Embora a formação superior aumente a renda em ambos os sexos, os homens ganham mais com cada nível educacional alcançado: a renda de um brasileiro com diploma universitário pode ser até 2,7 vezes superior à de um que só tenha ensino médio, e 3,2 vezes maior que a de um homem sem diploma colegial, mas a mulher ganha, 2,6 a mais que uma com ensino médio, e 3,1 a mais que uma mulher sem esse grau de instrução (OCDE, 2012). Assim, pensar as mulheres fora do contexto das relações de produção corremos o risco de naturalizar os papéis definidos para homens e mulheres homogeneizando uma sociedade que é dividida por classes, sexo, raça/etnia.

Em linhas gerais, os grupos focais evidenciam que o trabalho está atrelado à qualificação profissional, dada às exigências do mercado. A categoria trabalho é um dos agentes principais para a transformação da natureza e dos sujeitos que atuam sobre esta e nesse processo a mulher se autoafirma como sujeito histórico (Beauvoir, 1975). Diz ainda a autora, foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que a separava do homem; só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta. Desde que ela deixa de ser uma parasita, o sistema baseado em sua dependência desmorona; entre o universo e ela não há mais necessidade de um mediador masculino (*idem*, p. 449). O trabalho liberta, é categoria fundante das relações sociais e é pelo trabalho que as mulheres têm enfrentado com muita competência



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

os desafios e ousado conciliar família, trabalho e rotina acadêmica na perspectiva de ingressar ao mercado com qualificação profissional e expressar sua autonomia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à educação integral por séculos negado às mulheres, hoje se constitui uma ferramenta singular para a ascensão política, social, cultural e a caminho da econômica marcando a participação da mulher como possibilidade de emancipação. Com base nessa concepção os resultados dessa pesquisa corroboram que em meio às tramas cotidianas a feminilidade configura o peso da subjetividade autêntica das mulheres-mães e acadêmica na sua determinação, organização e direção dos percursos de seus sonhos, desejos e perspectivas constituindo condições para a construção e reconstrução de suas identidades de gênero e sexual e sobretudo o seu empoderamento. Constatou-se ainda que a divisão sexual do trabalho configura as desigualdades de gênero em que as mulheres assumem uma tripla jornada diária. Conclui-se que os sujeitos desta pesquisa ao mesmo tempo em que se percebem como mulheres exploradas pelo sistema patriarcal e sexista, também se impõem como mulheres-sujeitos capazes de criar estratégias para enfrentar os obstáculos, conquistar direitos e construir uma nova história.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1975. pp. 09-65.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Memória 2003-2006**. Brasília: SEPM, 2006.

BRUSCHINI, Cristina. “Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985-95)”. In: ROCHA, Maria I. B. da (org.). **Trabalho e Gênero – Mudanças, permanências e desafios**. Campinas/ São Paulo: Editora 34/ ABEP/ NEPO-UNICAMP/ CEDEPLAR-UFGM, 2000. pp. 13-18.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa; UNBEHAUM, Sandra. “Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios”. In: UNIFEM; FUNDAÇÃO FORD; CEPIA. **O Progresso das Mulheres no Brasil**. 2006. Disponível em <<http://www.mulheresno>



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

brasil.org.br/pdf/O_Progresso_das_Mulheres_no_Brasil.pdf». Acessado 05 de setembro de 2014.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1ª ed. Ed.: Outras Expressões. São Paulo, 2012.

COSTA, Heloisa Lara. “Poder e Educação Feminina”. In: **As Mulheres e o Poder na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2005.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber, 2005.

GONÇALVES, André Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **2010**. Disponível em «www.ibge.gov.br». Acesso em 14/06/2014.

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Disponível em «www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br». *Acessado em* 11 de setembro de 2012.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RISTOFF, Rilvo (et. al.). **A mulher na educação superior brasileira**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. **Gênero, patriarcado, violência**. Ed. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2004.

SINA, Amália. **Mulher e Trabalho: o desafio de conciliar diferentes papéis na sociedade**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SOIHET, Rachel. **Condição Feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. “História das Mulheres”. In: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.